

# Antropologia na análise de situações periféricas urbanas\*

Anthropology in the analysis of urban peripheral situations

Maria Gabriela Hita  
John E. Gledhill

## Resumo

Através da análise sobre a diferenciação existente entre distintas áreas pobres da cidade de Salvador, os caminhos que distintas redes sociais traçam entre distintos espaços da cidade, a importância de contextos e histórias particulares em conformar a capacidade de moradores de favela de atuar coletivamente, e a emergência de novos tipos de atores políticos e comunitários, sugere-se que uma análise sociologicamente mais ampla, focada numa análise mais etnográfica de como as pessoas vivem, pode oferecer tanto uma melhor compreensão de como e por que distintas "situações urbanas periféricas" diferem entre si, como oferecer melhores pistas para a reformulação de políticas públicas, iluminando importantes mudanças espaciais, sociais, políticas e simbólicas de significados de "situações urbanas periféricas" nessa metrópole.

**Palavras-chave:** marginalidade; informalidade e desigualdade; redes sociais; organização comunitária; novos atores; política urbana.

## Abstract

*Through the analysis of the differentiation that exists between different poor areas of the city of Salvador, the paths that distinct social networks trace between different zones of the city, the importance of particular contexts and histories in shaping the capacity of slum dwellers to act collectively, and the emergence of new kinds of political and community actors, we suggest that a more holistic sociological analysis, based on a more ethnographic analysis of how people live, can offer both a better understanding of how and why distinct "peripheral urban situations" differ from each other and also offer a better basis for reformulating public policies, illuminating important spatial, social, political and symbolic changes in the meanings of "peripheral urban situations" in this metropolis.*

**Keywords:** *marginality; informal and inequality; social networks community organization; new actors; urban policy.*

Neste artigo, utilizamos o estudo do caso do Bairro da Paz, um bairro popular (periférico) na cidade de Salvador-Bahia, e com predomínio de população afrodescendente, para refletir sobre algumas possíveis mudanças de significados espaciais, sociais, políticos e simbólicos que precisam ser levados em conta para se ter uma melhor compreensão sobre as diversas situações urbanas e periféricas existentes quando se compara a experiência de distintas favelas e bairros populares brasileiros.

Partimos do suposto de que, apesar da estigmatização social que recebem as zonas de concentração de pobreza urbana, geralmente associadas ao crime e aumento de violência – fato inegável, mas também fruto da criação do imaginário de “outros” menos pobres sobre esses lugares –, pode-se e deve-se também privilegiar pesquisas, seguindo um *ethos* mais etnográfico, a heterogeneidade de situações periféricas urbanas e modos de viver a pobreza. Distintas situações históricas de como esses lugares foram constituídos e desenvolvidos, assim como o tipo de organizações sociais e políticas que caracterizam distintas favelas, ou, usando outro tipo de exemplos, considerando os motivos que levam distintas famílias a se reunirem em um mesmo local (ou não), são importantes elementos que nos ajudam a pensar as distinções e especificidades do que entendemos por “situações periféricas” em contraponto à força homogeneizadora que os iguala e reduz a ser simplesmente mais um dos espaços socialmente segregados e estigmatizados da cidade em sua categoria de serem simplesmente “pobres”.

Para os indivíduos e as famílias que vivem nessas áreas classificadas como de segregação espacial, nem todas as favelas ou

bairros populares são iguais. A qualquer momento, membros de uma família podem ser encontrados vivendo em áreas diferentes que a do interior de uma mesma ou de distintas cidades. Famílias extensas podem dispersar-se para depois juntar-se de novo à mercê de diferentes necessidades conjunturais, como a do desejo de aumentar oportunidades de trabalho ou pelos tipos de serviços; redes associativas e tipo de organização que uns lugares oferecem em detrimento de outros, para se aproximar de suas redes de relações e afetos, ou pelo apoio prestado por parentes com maiores recursos em fases críticas, mostrando quão persistente e providencial continua sendo o apoio de amigos e parentes em situações de pobreza extrema. Isso nos faz ter que ponderar as diferentes habilidades e necessidades que alguns grupos domésticos, em detrimento de outros, são capazes de exercer ao aceitarem e buscarem sobreviver agregados, em grupos domésticos estendidos. Pessoas costumam circular por distintas casas e bairros, através de seus trajetos, circuitos e tipo de relações que desenvolvem, e desse modo os distintos lugares e bairros populares vão sendo configurados de acordo com o tipo de pessoas que os habitam ou visitam, assim como as relações de conflitos e alianças que se constroem em seu interior.<sup>1</sup>

Origens da diferença social entre favelas brasileiras podem ser individuais, idiossincráticas e contingentes. Contudo, também é importante observar fatores estruturais mais amplos que condicionam esses processos e contribuem na produção de variação entre distintas “situações periféricas urbanas”, no tempo e no espaço. Para isso, é vital a observação etnográfica de como alianças, conflitos e divisões internas ocorrem no interior de distintas comunidades

e como se organizam ou deixam de fazê-lo para resolver seus diversos tipos de problemas. Numa situação em que um indivíduo ou grupos de moradores podem ser “capturados” por interesses ou cosmovisões de distintas redes políticas, religiosas e ideológicas, desde uma análise em escala maior se poderia pensar que algumas dessas fontes de conflito e divisão sejam externas ao próprio local, como também o são geralmente; entretanto, o impacto vai variar em casos particulares, a depender da resposta e tipo de engajamento político que esses distintos lugares desenvolvam sobre assuntos do dia-a-dia e sociedade em geral. Por isso, precisamos estar atentos tanto para a configuração do contexto social específico em que indivíduos que formam cada local e comunidades de baixa renda atuam, identificando quem são e como pensam, assim como para fatores mais amplos, regionais, nacionais e transnacionais que impactam esses lugares de distintas maneiras e que nos ajudam a explicar como e por que esses contextos de pobreza diferem entre si.

Neste artigo, argumentamos que a experiência subjetiva de ser pobre não é idêntica em todas as periferias de Salvador e que se corre o sério risco de perder variáveis cruciais se não considerarmos algumas das razões disso ocorrer. É preciso compreender melhor, por exemplo, como as diferenças nas condições sociais internas e nas relações externas das comunidades, juntamente com diferentes histórias de formação de cada lugar, afetam sua capacidade de organização comunitária. A coerência da organização comunitária, por sua vez, é importante para determinar quais “lugares” e situações periféricas são potencialmente mais aptas de se engajar com maior possibilidade

de sucesso em programas de desenvolvimento local, promovidos por parcerias privadas e estatais ou aproveitar-se das oportunidades oferecidas pelos mercados informais, assim como para entender por que outras comunidades fracassam apesar da importância de certos investimentos públicos.

## Situações periféricas: do otimismo ao pessimismo

Atuais pesquisas sobre organização popular vêm reeditando velhas preocupações sobre a auto-organização dos moradores dos assentamentos irregulares que se formaram nas zonas periféricas durante o processo de urbanização em massa dos anos 60 e 70 na América Latina. No Brasil, muitas pesquisas têm polarizado o debate, motivadas pelo desejo de dissipar o retrato pintado de que os pobres sejam “uma classe perigosa” ou que sua “ameaça à higiene e saúde pública das cidades” seja suficiente justificativa para explicar a formulação de políticas de segurança pública, que ao invés de resolvê-los, o que fazem é estigmatizar mais zonas de pobreza como segregadas e problemáticas. Além disso, a retórica do “desenvolvimento participativo e sustentável” das “novas políticas de redução de pobreza” contemporâneas se inspiram em projetos políticos anteriores que invocam a ideia de Paulo Freire de que os expertos podem aprender dos pobres. Ao mostrar que pessoas que vivem em assentamentos irregulares são socialmente heterogêneos, com capacidade de auto-organização capaz de explicar o modo como eles sobrevivem e em alguns casos até lograr certa mobilidade

social e que não estão desinteressados de seus direitos políticos, pesquisadores como Janice Perlman (1976) não apenas humanizaram as favelas, como também têm contribuído para importantes mudanças na prática e política, ao lado do impulso que movimentos sociais e a ala mais radical da igreja católica tem produzido nessa mesma direção.

Mas o efeito pulverizador de economias neoliberalizantes da década perdida dos anos 80 na América Latina tem limitado o impacto desse corpo de conhecimentos acadêmicos que tem sido pouco absorvido pela percepção social mais ampla da sociedade. Nos anos 90, as favelas passaram a ser vistas como espaços mais estigmatizados do que antes, em contextos onde o aumento da criminalidade e a violência passam a ser mencionados não apenas desde a perspectiva das classes médias, mas também por membros da mesma classe trabalhadora que não vivem em áreas urbanas identificadas como "favelas" (Caldeira, 2000).

Algumas políticas municipais brasileiras responderam a essa problemática criando programas de requalificação de favelas, equipando melhor os espaços públicos e oferecendo melhor infraestrutura. O projeto "Favela-Bairro", do Rio de Janeiro, construído por arquitetos progressistas e planejadores urbanos, é um bom exemplo disso (Soares e Soares, 2005). Projetos como esse favorecem a construção de apartamentos de tijolos de baixo custo para substituir os barracos originalmente autoconstruídos na formação da maioria das invasões urbanas latinoamericanas, relocando algumas delas, mas muitas das famílias beneficiárias das novas casas continuam insatisfeitas com esse tipo de construção. A insatisfação revela a necessidade de relacionar a habitação ao

modo de organização social de cada contexto e favela, numa relação que não vê os seus hábitos e modo de vida apenas como limitantes, mas como uma parte essencial e criativa de enfrentar situações precárias que precisam ser levadas em consideração. Mesmo se o novo tipo de alojamento não constituísse um problema para muitos moradores, devido à maior distância que terão de suas oportunidades de emprego, ainda podem ser vistos como sendo jogados em um "depósito de gente" onde apenas os mais desesperados desejam viver. Além disso, modelos de habitação popular que não estejam bem adaptados às dinâmicas e práticas familiares e desenvolvimento dos modos de sociabilidade dos respectivos grupos alvos terminam por fracassar e são principais responsáveis por promover o declínio de seus diversos tipos e níveis de sociabilidade, mesmo quando os baixos custos e melhoria de serviços de novas moradias oferecidas possam estar acima do promédio ou do que o público alvo tinha antes dessas intervenções. Esse foi o caso da construção do complexo habitacional da Cidade Tiradentes, num dos extremos mais distantes do centro da cidade de São Paulo (Almeida et al., 2008). Além disso, o crescimento da insegurança econômica e a falta de moradia ao alcance da maioria, mesmo para aquelas pessoas que têm, apesar dos baixos salários, um emprego regular, fará com que assentamentos irregulares continuem sempre a crescer e continuando a aparecer nas mais diversas zonas metropolitanas.

Os "problemas sociais" que fazem de tais assentamentos alvos de intervenções também se multiplicaram, em parte pelo crescimento do consumo e tráfico de drogas, mas também devido à novas sensibilidades que surgem tanto

de cima quanto de baixo, em temas como o da violência doméstica. Nem todas as intervenções estatais no combate à violência foram bem recebidas entre os mais pobres e muito menos têm-se mostrado ser muito efetivas: entre outras, por exemplo, estão aquelas focadas nos direitos da criança, que combatem o trabalho infantil desde perspectivas de classes médias e que vêm provando ser bastante contestáveis. Apesar do desejo de boa parte dos pais de aumentar o acesso de seus filhos à educação, sua maior preocupação é a de mantê-los vivos e afastados do risco de aproximação ao tráfico de drogas e participação em *gangs*, objetivo que o engajamento em atividades laborais precoce parece mostrar ser mais eficaz do que a insuficiente e de má qualidade oferta educacional para os mais pobres existente no Brasil.

Um desafio importante é matizar a visão que crescentemente conecta o tema da pobreza aos problemas de segurança pública, associando a criminalidade e violência urbana diretamente com a pobreza, em vez de considerar os efeitos mais profundos das estruturas atuais da desigualdade social sobre a juventude da periferia urbana (Sapori 2007, p. 101) e as responsabilidades de atores localizados em outros níveis sociais, nacionais e internacionais. Os recursos destinados a programas de redução da pobreza no Brasil vêm aumentando significativamente desde 2002 e sob a presidência do PT (Partido dos Trabalhadores), sob o governo de Luis Inácio "Lula" da Silva.<sup>2</sup> Apesar de certos esforços de reforma nessa direção, a instalação de forças policiais militarizadas (com uma merecida reputação de abusarem da violência extrajudicial em favelas) têm sido o outro lado da moeda das políticas estatais. Outro desafio é o de compreender o impacto do capitalismo

neoliberal nas oportunidades econômicas e padrões de sociabilidade dos cidadãos mais pobres. Ambos os aspectos têm produzido diagnósticos mais pessimistas sobre o futuro da pobreza urbana do que os encontrados na literatura anterior à década de 1990.

Uma reflexão e autocrítica sobre o otimismo da literatura anterior no que diz respeito ao possível futuro de assentamentos formados por ocupações ilegais ou invasões é o que encontramos na análise de Susan Eckstein (1990), que compara o destino de bairros ocupados por grupos de baixa renda dentro da cidade ao de outros, tipo favela, mais afastados do centro da cidade do México, na década de 80. Assumia-se que "áreas urbanas degradadas e centrais" eram ocupadas por populações em trânsito, e que essas populações seriam eliminadas mediante a renovação e "gentrificação" desses lugares. Eckstein mostrou, entretanto, que algumas dessas áreas, como a que ela observou, têm logrado escapar desse destino ao possuírem uma elevada capacidade de auto-organização coletiva e logrando permanecer no local como produto da força popular, suas tradições culturais e do florescimento de uma economia informal que se beneficiou da sua localização centralizada e do seu maior acesso a membros de outras classes sociais. Retomaremos alguns elementos desse argumento mais adiante para pensar o nosso exemplo e suas implicações. Nos casos discutidos por Eckstein, entretanto, ela mostra que favelas localizadas em regiões mais afastadas, mesmo quando tenham recebido maiores investimentos e apoios públicos, em contraste, pareceram ter um desenvolvimento atrofiado, com a queda de recursos e do emprego, aumento do crime e da violência, e ampliação da diferença entre

os que são donos das casas e aqueles que precisam alugar uma casa numa vizinhança cuja atração original para morar foi o de ter oferecido terras e moradias mais baratas.

A análise dessa autora sobre o impacto que o crescimento da precarização econômica pode ter na capacidade de organização popular e nos padrões de sociabilidade é também abordado nos rescentes escritos de Lóïc Wacquant (2007), no que ele denomina um “subproletariado precarizado”. Wacquant frequentemente invoca a experiência brasileira como importante caso paralelo a ser levado em conta, mesmo focando quase toda sua análise em situações (de certa maneira distintas) da pobreza nos Estados Unidos e França.<sup>3</sup> As pessoas em situação de precarização tratada por Wacquant estão consignadas em espaços urbanos segregados, despindo-os da possibilidade de serem “lugares” socialmente significativos para seus moradores. Ao estigma territorial que sofrem essas vizinhanças adicionam-se os estigmas da pobreza, etnicidade e raça, portanto reforça a justificção das estratégias de contenção produzidas pelos sistemas prisional e de segurança pública. Nesse contexto, as possibilidades de organização e formação de redes de sociabilidade são debilitadas na sua perspectiva, porque muitos moradores tentam diminuir a indignidade de seu próprio senso de serem estigmatizados por culpar o outro ou o vizinho pelo crime ou atividades antissociais que existem no bairro, um fenômeno que é muito comum nas favelas brasileiras, e que geralmente se agrava pelas diferenças sociais entre diferentes ondas colonizadoras que atravessam distintas vizinhanças e comunidades. Na opinião de Wacquant, esse subproletariado precarizado, interiormente fragmentado e

conflituoso, não tem maior impacto político, e os moradores dessas áreas não têm, na sua visão extremamente pessimista, outra esperança além da de escapar desses lugares estigmatizados.

## Relações sociais, cultura, políticas: a necessidade de reconhecer a diversidade

As ideias de Wacquant são relevantes para entender algumas “situações sociais e periféricas urbanas” do Brasil e nós compartilhamos com ele sua conclusão geral sobre as decorrências contraproducentes das políticas de “contenção punitiva” das populações, que o capitalismo neoliberal tem condenado a uma condição de insegurança econômica crônica. Mas nos contrapomos ao pessimismo de sua análise, por motivos tanto empíricos quanto teóricos, e concordamos com Perlman (2004), quanto a precisarmos rejeitar uma visão desses lugares como sendo simplesmente e inevitavelmente “depósitos de gente” relegada para morar em espaços segregados, mesmo sob as condições contemporâneas que mencionamos acima. Pelo pouco interesse que ele mesmo parece ter em assuntos culturais, Wacquant foca-se demasiado no passado e no que se perdeu: a solidariedade e o senso comunal do antigo gueto estadunidense desaparece no “hipergueto” pós-industrial, e a *banlieue* francesa não tem nada em comum com o velho *Red Belt* onde as pessoas sentiam orgulho em sua identidade como membro de uma classe trabalhadora organizada. No caso brasileiro, ainda precisa pensar em novos projetos políticos em

processo de desenvolvimento, e que são dificilmente descartáveis como insignificantes pelo impacto que tiveram no avanço da democracia, diminuindo graus de discriminação racial e exigindo direitos para os pobres em cidades capitalistas. Eles têm continuamente emergindo em diversas favelas. Esses projetos têm sido estimulados tanto por intervenções de diferentes ONGs quanto pelos espaços produzidos por novas estratégias de governabilidade neoliberal (Gledhill, 2005), e, nos atrevemos a dizer, por políticas públicas desejáveis. A principal razão de todo esse pessimismo pareceria dever-se a que as favelas são vistas como lugares onde a esperança morre e projetos de construção do lugar não são avaliados como possíveis, devido aos altos graus de estigmatização que sofrem. Contudo, defendemos que modos de "cultura popular" existentes, ressignificados, às vezes novos e até inspirados transnacionalmente, podem vir a animar novas formas de organização e projetos políticos entre comunidades pobres e urbanas. Também sustentamos que atividades econômicas informais não ilegais podem trazer melhores recompensas econômicas, maior segurança e maior senso de dignidade que muitos dos mal pagos empregos regulares, e que dados sobre a vida associativa contemporânea de muitas pesquisas vêm apontando que a sociabilidade nem sempre colapsa na extensão que as mais pessimistas visões da "nova pobreza" pressupõem.

Uma coisa é negar o romantismo do agenciamento popular, e outra bem diferente é negá-la, em sua totalidade. Como etnografias das práticas de desenvolvimento vêm mostrando, projetos de desenvolvimento social formam e são formados pelas respostas socialmente diferenciadas de grupos alvos que se engajam

com intervenções de expertos locais e internacionais (Mosse, 2005). Conceitos como os de "marginalidade avançada" também obscurecem o fato de que os pobres têm vidas que transcendem sua condição de pobreza, ao menos por parte do tempo. E nossa pesquisa no Bairro da Paz, em um bairro popular que conta com população aproximada de 60.000 moradores na terceira maior capital brasileira, na cidade de Salvador, no estado da Bahia (metrópole com mais de três milhões de pessoas), sugere que a experiência subjetiva de ser e viver na pobreza não é idêntica em cada um dos lugares e favelas desta e nem de outras cidades. Ao não considerar por que isso é assim, corre-se o risco de perder variáveis cruciais. Em particular, e como resposta ao vazio criado pela maioria das análises sobre "nova pobreza", nós também precisamos compreender melhor como diferenças na conformação social de distintos lugares e a organização interna deles, ao lado de diferentes histórias de formação desses assentamentos populares, afetam a sua capacidade de alcançar um grau de coerência e unidade interna que lhes permita entrar em negociações sobre projetos para o desenvolvimento local com ONGs, organizações e representantes do poder público e políticos com relativa autonomia.

O contexto original em que se iniciou esta pesquisa foi o do início da implantação de programas sociais do governo de Lula (Fome Zero e subprogramas como bolsa família, auxílio gás, bolsa escola, etc.) e pela necessidade de uma avaliação do impacto qualitativo desses programas nessa comunidade mediante a aplicação de metodologias de teor etnográfico. Desde 2005, e como fruto da parceria com o CEM-Cebrap,<sup>4</sup> nossa equipe vem realizando

pesquisas etnográficas no Bairro da Paz entre famílias, distintas de suas redes sociais e outras formas de associativismo religioso e secular. Mas desde 2007 também passamos a oferecer assessoria técnica e logística, na parceria que se iniciou com um novo e representativo corpo comunitário, que se estabeleceu nesse ano no Bairro: o Fórum Permanente de Entidades Sociais do Bairro da Paz.<sup>5</sup> O surgimento desse Fórum reflete um desejo popular de articular distintos fragmentos da organização existente nessa comunidade para, unidos novamente, lograr alcançar maiores vantagens nas negociações de suas demandas junto ao poder público para o desenvolvimento de infraestrutura local. Ainda que o Conselho de Moradores do Bairro seja uma das mais poderosas facções nesse Fórum pelo fluxo de recursos públicos e privados que mediatiza para a comunidade, há outras lideranças e grupos que vêm encontrando espaço de atuação nesse novo corpo, como líderes vinculados a ONGs católicas que desenvolvem projetos no bairro e têm investido na infraestrutura interna, mas também membros de grupos culturais e jovens com projetos orientados para a cultura afro-brasileira tais como os de música e dança. Estes últimos vêm apresentando firmes críticas a modos tradicionais de fazer política e modos de administrar assuntos da comunidade do seu atual Conselho de Moradores, e têm distintos objetivos e interesses que vão desde promover desenvolvimento de Ações Afirmativas e culturais até, em certos casos, políticas baseadas na ideia de que descendentes de escravos têm direito à terra e um lugar na cidade como recompensa por injustiças passadas. Desde esta perspectiva e discurso, o Bairro da Paz não é apenas um lugar, mas um lugar particular que precisa ser

construído com base num novo discurso sobre o direito de reconhecimento dos “quilombos urbanos” (Hita, no prelo).

Tanto esta pesquisa quanto os atores da comunidade em si, estão conscientes das limitações desse tipo de “participação comunitária” e das premissas neoliberalizantes de muitas das atuais ofertas e intervenções governamentais, com especial foco e difusão de parcerias público-privadas. Entretanto, o principal propósito desse Fórum é negociar e re-editar parte da história do bairro, e de seu mito fundador, como o de lugar de resistência, pelo que se tem produzido um novo e combativo tipo de cultura política, que continua a desconfiar dos interesses de concessões desde cima e não abandona sua capacidade de continuar avaliando e formulando novas demandas desde baixo (ibid.). As posturas adotadas por diversos ativistas dessa comunidade sugerem que eles têm consciência de como políticos operam e não podem ser reduzidos a simples reprodução de modos clientelísticos de velhas formas políticas, embora o Fórum tenha logrado integrar um significativo número de homens e mulheres idosos, que se sentem perfeitamente cômodos com esse modelo de relação com o poder público acima mencionado. O que, ao mesmo tempo, é fruto de várias de suas ambiguidades. Jovens negros manifestam uma consciência aguda de sua “identidade negra” e simpatizam com políticas e o estilo radical de movimentos negros norte-americanos, mas se sentem atraídos também por modelos de consumo de construir seus *selves* difundidos por uma sociedade de mercado neoliberal, com aspirações de mobilidade social a alcançar mediante cursos oferecidos por parcerias público-privadas. Ao mesmo tempo que eles



manifestam críticas agudas ao capitalismo globalizado e à corrupção difundida e à falta de uma ética de serviço público dentro do sistema de partidos políticos brasileiros, reproduzem estilo de vidas que reproduzem o sistema que criticam.

## Configurando um lugar e sua gente

Até espaços segregados e periféricos têm histórias que os podem chegar a transformar em lugares. Uma importante, mas não única, ironia na história do Bairro da Paz é a de que de uma invasão popular do que foi inicialmente um espaço periférico na cidade se transformou em um espaço rodeado de riqueza.

Após terem invadido terras registradas no nome da família Visco, nos limites urbanos de onde hoje se situa o Bairro da Paz, os então "invasores" (ocupantes ilegais) dessa área, clamavam seus "direitos à cidade" nos anos 80, desafiando as tentativas governamentais de expulsão à força e deslocamento para outra periferia da cidade com maior concentração de pobreza. Nesse processo de resistência foram apoiados por políticos de esquerda, o Movimento de Defesa dos Favelados e organizações católicas: entre as mais importantes delas naquele momento estava o CEAS (Centro de Estudos de Ação Social), uma ONG jesuíta com inspiração na teologia da liberação criada em 1967 para promover educação e organização popular ao longo da região nordestina.<sup>6</sup> No início, e como referência à Guerra Falklands entre Argentina e Inglaterra, essa invasão era conhecida pelo nome de "Malvinas". Esse apelido

refletia sua resistência militar antes de começarem a receber limitadas promessas e garantias de investimentos de infraestrutura do estado e políticos da cidade, a partir de 1987, depois da queda da ditadura militar e de que forças com inclinação esquerdista assumissem o governo. Mesmo quando a mudança de nome para Bairro da Paz significou uma boa vontade de colaborar com as autoridades no controle de crescimento do lugar, o mito fundacional da comunidade, fruto da luta inicial continua sendo reeditado e é central para a nova cultura política que está se consolidando no Bairro da Paz (Hita, no prelo). Além do mais, a mudança do contexto político significou apenas uma breve interrupção da dominância de políticos bahianos até um passado muito recente: o da máquina política de Antônio Carlos Magalhães (doravante ACM), que subiu como prefeito de Salvador em 1967 como recompensa por seu apoio à "revolução" militar de 1964. Ele foi depois governador do estado, cargo ocupado por três mandatos, alternando-os com posições no governo federal.

A administração de ACM esteve determinada a evitar que favelas destruíssem o desenvolvimento de novos centros para a administração de negócios e do poder público nas zonas marcadas por área residencial para população de alto valor aquisitivo, que se desenvolveu logo depois da instalação dessa "invasão" nas proximidades da Orla Atlântica e sob uma das margens da Av. Paralela. A Paralela é o principal acesso da cidade para o aeroporto, às margens da qual essa invasão se encontra, a poucos quilômetros do novo centro administrativo que ACM inaugurou no início dos anos 1980. Desde o começo, ACM dedicou seus esforços para reinventar Salvador como

um moderno polo de turismo internacional, serviços e negócios. O fato de que esta elite economicamente modernizadora, porém socialmente conservadora que ele representava, via nas visíveis favelas de áreas centrais um dos maiores empecilhos para esse projeto fica também perceptível quando ele ainda estava no cargo de prefeito nos anos 60, e falava da necessidade de expulsar os pobres, pretos e pessoas de classe trabalhadora do decadente centro histórico de Salvador, o Pelourinho, para “devolvê-lo à cidade” requalificado e gentrificado. Porém este último projeto de modernização se atrasou, até 1990, quando o capital requerido foi finalmente viabilizado e quando o Pelourinho foi declarado um lugar de patrimônio mundial pela Unesco (Dantas Neto, 2006, p. 306).

Uma característica significativa da invasão das Malvinas é que sua remoção do local contava com o apoio de ambientalistas que se opunham a que este e novos assentamentos humanos nessa zona de mata atlântica fossem permitidos, para proteger e transformar em reserva natural a floresta que ali havia. De modo indireto, a permanência dos moradores dessa comunidade no lugar terminaram por apoiar os interesses do capital imobiliário que anos depois conseguiram instalar condomínios horizontais de luxo nos arredores dessa comunidade. O contexto era tal que os mais pobres não tinham como conseguir casas através do mercado habitacional e programas habitacionais limitados foram destinados a famílias trabalhadoras com rendas mais elevadas (Gordilho, 2000; Valença, 2007). Os salários eram baixos e o emprego precário, em um contexto de processo de modernização econômica baseada inicialmente no petróleo, petroquímica e limitado

capital intensivo de industrialização, nos quais os centros da acumulação do capital permaneceram fora da Bahia. O desenvolvimento de Salvador como um destino de turismo global impulsionou novos empregos no setor terciário e teve outro efeito cultural e socialmente significativo. Mas não resolveu os problemas do mercado de trabalho se contraindo ante uma população urbana que continuava a crescer devido à migração rural a áreas urbanas e ao crescimento natural (Guimarães, Agier e Castro, 1995; Gordilho, 2000; Almeida, 2006).

Oportunidades de emprego no Bairro da Paz continuam sendo muito precárias, mas esse assentamento tem certas vantagens quando comparado com outros, pela sua maior proximidade de residências de alto poder aquisitivo, oficinas do governo e uma universidade privada, que oferecem trabalho na construção civil e procuram prestadores de serviços menos qualificados. Isso não impede a persistência da imagem de favela associada pela mídia com o crescimento da violência armada e tráfico de drogas e de ser classificada como uma das treze vizinhanças mais perigosas na região metropolitana pela polícia militar. O acordo político conquistado em 1987 (no suscito e primeiro governo esquerdista baiano no comando de Waldir Pires) dissolveu a ameaça de serem expulsos da Paralela, mas ofereceu garantia da posse da construção das casas apenas aos moradores da área central em uma determinada poligonal, onde a situação dos títulos de posse da terra continuam até hoje obscuros. Entretanto, e desde então, têm ocorrido lentas melhorias, tanto no acesso a serviços quanto ao desenvolvimento de infraestrutura interna. A relativa estabilidade dessa situação reflete as mudanças ocorridas nos critérios adotados

para a política habitacional para os mais pobres, que ao invés de expulsão se passa a apostar na requalificação desses assentamentos urbanos. E passou-se a estimular a “participação popular” no planejamento urbano que reconhece a capacidade dos mais pobres de exercerem seus direitos e responsabilidades como cidadãos. A última mudança é a de que mobilizações populares como as do Bairro da Paz têm feito uma importante contribuição à pressão que vem de baixo para cima (Teixeira, 2001; Caldeira e Holston, 2004).

## Repensando a “nova marginalidade” e a segregação espacial

No que concerne ao perfil de inserção no emprego dessa comunidade e às condições de emprego e desemprego de seus moradores, algumas imagens serão de grande ajuda para fornecer um aproximado perfil socioeconômico da comunidade hoje. Dos chefes de casas entrevistados por *survey* realizado por outro grupo de pesquisa do Cebrap no Bairro da Paz, em agosto de 2006, 30% trabalhavam dentro do bairro, seguidos dos que se dirigem para regiões das proximidades, em residências das classes médias em Itapuã e praias da Orla Marítima, sendo esta segunda zona um lugar mais comum de trabalho (com valores de 10% para cada uma das duas últimas zonas citadas). Apenas 36% se declaram ser trabalhadores assalariados (e destes, somente 62% apresentam condições formais de emprego), comparado com uma proporção muito maior, 46,5%, que se autodescrevem como “trabalhadores

por conta própria”. A maioria (61%) eram trabalhadores manuais sem habilidades, 13% trabalhadores manuais habilitados e 22,5% trabalhadores não manuais na categoria denominada “menor habilidade”. 17% trabalhavam em serviço doméstico e 11,5% tinham mais de um trabalho, que é um padrão muito comum em populações de baixa renda. Ainda que essa seja uma comunidade de trabalhadores pobres, 34% daqueles que estavam desempregados durante a entrevista tinham trabalhado entre um período de um mês ou um ano antes, e 42,5% conseguiram trabalho na maior parte dos cinco anos anteriores. Os ainda desempregados podem realizar alguns trabalhos casuais, tendo parceiros ou recebendo ajuda financeira de parentes que não trabalham na comunidade, apesar de que as rendas das famílias e a renda per capita estejam inevitavelmente relacionadas às variações na estrutura das casas, como a frequência de trabalhadores e de consumidores; em famílias extensas, nucleares ou incompletas, etc. Mesmo quando, no Bairro da Paz, as principais fontes de obtenção e acesso a um emprego sejam resultado das recomendações de amigos dos desempregados, alguns deles tentaram buscar trabalho apresentando-se diretamente aos empregadores potenciais. A média total da renda das casas com pessoas empregadas era equivalente a 1,7 salários mínimos, enquanto a das casas desempregadas era de 1,1 salário mínimo.

A maior parte dos indicadores utilizados no *survey* do CEM-Cebrap sugere um menor nível de bem-estar econômico no Bairro da Paz do que na Cidade Tiradentes, o bairro periférico em São Paulo no qual se aplicou o mesmo instrumento na mesma época do ano.<sup>7</sup> Em termos de renda, os dados equivalentes

no caso de Cidade Tiradentes foram 3,3 e 2,5 salários mínimos, respectivamente. Diferenças de renda refletiram diferenças entre as duas comunidades nas qualificações escolares dos moradores e nas suas respectivas estruturas ocupacionais, mas também é importante notar que um número significativamente maior das famílias do Bairro da Paz foram abrangidas por programas sociais do governo, 45% contra 12,5%, respectivamente. Dados sobre renda também precisam ser matizados por considerações adicionais sobre a atividade econômica "informal" que oferecemos na sequência. Além disso, as taxas de participação em movimentos sociais foram significativamente mais elevadas no Bairro da Paz que na Cidade Tiradentes, resultado que põe em questão a relação, com frequência postulada pelas análises da "nova pobreza", entre maiores graus de precariedade econômica e redução da capacidade para auto-organização política.

À primeira vista, a pobreza relativa do Bairro da Paz aparece ainda como autoevidente, mas é preciso ponderar que estatísticas desse tipo não contam a história completa de prosperidade e precariedade social de distintos locais. O perfil que acabamos de desenhar claramente mostra um alto grau de "informalização" e diversos modos de ganhar a vida trabalhando por "conta própria". Ainda assim, nós deveríamos resistir à tentação de considerar modos "informais" de ganhar a vida menos satisfatórios, dadas as oportunidades econômicas que podem abrir, do que maneiras "formais" de emprego em setores caracterizados por baixos salários e onde os benefícios podem ser igualmente limitados.

Por exemplo, o *survey* do CEM-Cebrap mostrou que 43% das casas no Bairro da Paz

têm três a quatro quartos, e 39% têm cinco ou mais, mas quase 90% utilizam apenas um ou dois quartos como dormitórios. Os moradores usam os prédios que eles mesmos constroem para uma grande variedade de formas de produção de pequena escala e para as atividades comerciais, e quase metade dos entrevistados descreveu-se como "trabalhador por conta própria" (comparado com 36% que eram trabalhadores assalariados). Trinta por cento de todos os residentes entrevistados também trabalhou no interior do bairro. Isso sublinha a importância dos investimentos que as próprias pessoas pobres fazem em assegurar a sua subsistência. Para muitos, trabalho na denominada "economia informal" pode ser uma opção preferível por uma série de razões, variando de alguma possibilidade de melhor salário, um senso de independência e por evitar relações com empregos que são identificados como degradantes socialmente. E nossa pesquisa mostra que, assim como em muitos outros contextos, níveis de prosperidade econômica e social das casas são influenciados por um parentesco mais amplo e redes sociais nas quais casas participam individualmente. A qualidade de vida no Bairro da Paz foi frequentemente comparada favoravelmente por seus moradores também associada a outras razões, ao ser comparada ao de outras vizinhanças de baixa renda de Salvador, como a da baixa densidade de ocupação (o que pode influenciar variáveis sociais como a incidência e níveis de conflito entre vizinhos). A visão externa desse lugar é afetada negativamente pelo fato que a sociedade mais ampla, em geral, o identifica com o crescimento da violência armada, associada com o tráfico de drogas: apesar de que o Bairro da Paz está longe de ser a favela mais

perigosa de Salvador, onde houve mortes perpetradas por grupos armados de fora do bairro e residentes reclamam constantemente da insegurança física.

Por outro lado, conflitos internos de outra ordem sempre existiram no seu interior, alguns deles associados a crises de lideranças que refletiram os impactos de políticas clientelísticas. Projetos de diversas ONGs e diferenças econômicas internas que existem em toda e qualquer favela são aqui centrais para seus moradores, ainda que possa ser esse lugar percebido de um modo relativamente diferenciado por outros dos atores mais *outsiders*, e por aqueles atravessados por marcadores como as religiões e pelo crescimento de igrejas evangélicas, das quais encontramos mais de 40 no Bairro da Paz. Outro tipo de conflito que interessa aqui destacar foi o do colapso da anterior associação de moradores, anos atrás, com lideranças acusadas de comportamento corrupto e não democrático, o qual abriu espaço para a emergência do atual Conselho de Moradores, que apesar de ser mais transparente, também recebe críticas. ONGs católicas exercem um papel proeminente na vida da comunidade, mas as suas diferenciadas posições vão desde uma postura assistencialista mais conservadora até uma mais radical, que inspiram projetos baseados em perspectivas da teologia da liberação.<sup>8</sup>

Os grupos católicos podem coexistir de modo relativamente tranquilo com grupos associados aos 15 terreiros de candomblé instalados, um dos quais tem uma creche pouco financiada. Mas os membros do candomblé têm se queixado das agressões recebidas dos membros de igrejas evangélicas como a Universal Reino de Deus, a mais poderosa das

neopentecostais. Grupos batistas têm sido liderados por um pastor bastante ativo, cujo principal papel tem se refletido na agenda de autoconstrução da sua igreja e nas suas conexões com a administração da atual prefeitura, liderada por um prefeito que também é evangélico, e que derrotou nas eleições de 2005 a máquina de ACM e ganhou o segundo turno em 2008. Também devido à importância que todos esses conflitos têm para os atores e lideranças do bairro é que o esforço atual de transcendê-los parcialmente emergiu. O Fórum Permanente está aumentando a "voz política" dessa comunidade, em particular ante a atual administração da cidade e do estado, que desde 2007 está sob o comando de um governador do PT de Lula.

Isso nos traz de volta ao papel de organizações jovens, cujo desenvolvimento é resultante de uma ampla reflexão e da extensa classificação de projetos sociais e programas emergentes que agora produzem um novo impacto na vida de pessoas pobres sob os mais variados tipos: dos mais tradicionais modos de caridade a uma ampla gama de oferta de serviços agenciados por distintas ONGs ou projetos. O Bairro da Paz possui muitos grupos de capoeira, reggae, hip-hop, rock, pagode e forró e grupos dedicados a vários estilos de dança, incluindo a afro-brasileira maculelê e grupos de teatro. Boa parte dessas atividades estão ligadas aos projetos de patrocínios de "valorização cultural", como o Jovem em Ação, que traz a dança juntamente com a capoeira, teatro, hip-hop e dança afro autoexploratória. A valorização da cultura também tem sido ativada graças aos esforços de muitas ONGs atuando no bairro para promover autoestima e capacidade de cidadania entre

peessoas jovens e tem produzido a emergência de jovens como novos atores políticos nessas comunidades carentes.

O Jovem em Ação é uma rede que articula distintos grupos culturais sob a guia do CEAS e é um dos mais críticos contra o Conselho de Moradores, apesar de que alguns dos jovens em dança afro ainda participem do Conselho. Entretanto, é o Fórum Permanente (como espaço de diálogo e de decisões de distintas entidades) o corpo que parece estar proporcionando uma possibilidade mais aberta e tentadora para a maioria desses grupos de jovens e outras entidades de participar e poder incidir nas decisões importantes sobre questões do interesse geral e da comunidade. Apesar de que a dança afro-brasileira se desenvolveu a partir do grupo de capoeira do mestre Paulo dos Anjos, internacionalmente famoso, e residente do Bairro da Paz, poucos desfrutam de patrocínios e sua sobrevivência como grupos culturais geralmente depende da ajuda mútua (como o dividir o uso de instrumentos, no caso de bandas). Isso também pode tê-los encorajado a se juntarem e discutir os problemas comuns e interesses fora da instituição de representação comunitária estabelecida, apesar de que a experiência do Fórum tem mostrado que divisões ainda existem, tanto entre eles como em grupos diferentes, enquanto alguns outros membros simplesmente querem performar e ganhar um suporte de vida. Todavia, em um ambiente onde a cultura afro-brasileira tem sido fortemente associada com a promoção de igualdade racial, e mais do que nunca há uma expansão de programas focados no "empoderamento institucional" de jovens negros, com fundos

federais e municipais assim como de ONGs, os jovens têm se tornado conscientes de que eles têm mais voz e uma influência potencial no desenvolvimento das suas comunidades através do produto de seu trabalho, paixões e esforços para os quais agora conseguem maiores apoios por parte do estado e município.

O desenvolvimento do ativismo de grupos jovens que promovem aspectos da cultura afro-brasileira e que agora recebem um positivo reconhecimento público tem ajudado de uma maneira importante nas lutas dos moradores para combater formas de violência simbolicamente prevalentes na sociedade mais ampla, quer dizer, uma violência simbólica que explica a persistente desigualdade social em termos de modelos racializados sobre as incapacidades "naturais" das pessoas pobres, assim "enegrecendo" as posições subalternas na estrutura de classes. Esse é um importante senso no qual podemos falar de mudanças de significados do ser "periférico" relativo ao do estabelecido centro sociocultural e político de uma elite branca que domina a sociedade baiana. Essas mudanças parecem ser um dos fatores que oferecem uma revivida "esperança" e orientação em direção a um futuro melhor nos projetos políticos das pessoas que vivem em situação de precariedade socioeconômica.

Por outro lado, e nos dirigindo a um olhar mais macro, Salvador também vem se tornando mais "policêntrica" com o tempo. O Bairro da Paz não é mais, como no início, uma periferia espacial na nova ordem urbana referida acima. Localizado na principal artéria ligando o aeroporto aos centros administrativos, comerciais e turísticos da cidade, os

valores reais do lote de terra nessa área de vizinhança cresceram substancialmente desde que a invasão e a favela agora se encontra rodeada não apenas por condomínios e a Faculdade de Tecnologia e Ciências, mas também uma ampla classificação de “novos projetos de economia” que atualmente são estendidos com a construção do parque tecnológico em processo de implantação numa área próxima a essa comunidade. Relações entre ricos e pobres têm tido lugar e têm sido influenciadas pelos interesses do mercado de trabalho e de investimentos privados de projetos sociais nesse bairro. Os vizinhos mais ricos alimentam certo medo ao crime que possa vir dessa vizinhança e o fantasma da ainda possível expulsão do local paira no imaginário do Bairro da Paz, que poderia ser resultado agora de mais sutis estratégias de mercado. No combate a esse fantasma, a tradição militante do Bairro da Paz continua sendo central para o fortalecimento de sua autoimagem como uma comunidade de luta. A ligação de alguns de seus principais atores políticos com ONGs e projetos filantrópicos críticos os mantém em uma postura relativamente séptica e cautelosa, de considerável aversão a uma total cooptação pelos interesses estatais. A variedade de formas de ligação e a pluralidade de atores e forças sociais envolvidas no seu interior convidam-nos a realizar uma reflexão mais matizada sobre o que o conceito de “pobreza urbana” pode obscurecer e um olhar etnográfico orientado a processos e relações sociais é capaz de salientar, quando rompe com a ideia de comunidades fechadas pela segregação espacial.

## Colocando o Bairro da Paz num contexto mais amplo

Para mostrar as implicações desta conclusão, é importante terminar com uma rápida comparação do Bairro da Paz com outras favelas. Como temos visto, favelas são encontradas em diferentes locais de Salvador, distribuídas ao longo de três grandes vetores de expansão espacial que refletem um padrão particular da transformação econômica e social produzida pela mudança histórica de Salvador e sua região metropolitana na segunda metade do século XX (Moreira de Carvalho e Corso Pereira, 2006).

Espaços diferentes ofereceram distintas vantagens e desvantagens, não apenas em termos de oportunidades de trabalho, longas distâncias ao trabalho (que mudaram em relação a reconstruções econômicas sucessivas), mas também em termos de densidade e natureza das casas. O ambiente construído pelos pobres era um produto de suas práticas sociais, particularmente em termos de dinâmicas de estruturas de famílias extensas, frequentemente nesse contexto baiano muitas vezes construídas ao redor do foco de mulheres/mães/avós (onde membros masculinos circulam mais que os femininos), e também como resultado de uma série de práticas e possibilidades familiares que os tipos de escolhas que pessoas fazem e que refletem sobre que tipo de vida diária se pode ou deseja ter, pautado por modos de relacionamento que atravessam distintos tipos de associações religiosas, seculares ou de outros tipos.

Apesar de que há uma própria geografia social interna e existem diferenças entre situações sociais de moradores de áreas distintas nesse bairro (que se relacionam aos padrões internos de conflitos), e como resultado dos acordos alcançados entre lideranças da comunidade e autoridades públicas que prometeram investimento público em retorno da regulação do futuro crescimento da localidade, o Bairro da Paz é hoje muito menos denso do que outras favelas dessa mesma cidade. Dado o fato de que indivíduos podem se mover entre espaços diferentes de maneiras que refletem a natureza de relações de propriedades assim como sistemas de parentesco, afinidade e modelos alternativos para grupos residenciais, o que emerge dessa larga figura comparativa não é uma situação urbana periférica homogênea, mas uma série de outros fatores distintos de ser pobre, construindo famílias e ganhando sobrevivência em um complexo emaranhado de situações que são em parte determinadas pelas tramas de relações entre os moradores da favela e as áreas que estão ao seu redor.

Um exemplo etnográfico que ajuda a ilustrar as amplas complexidades que emergem quando focamos nosso estudo em estratégias de famílias individuais para ocupar o espaço urbano e seus significados sociais é o de Mãe Edileusa. Uma mãe de santo que administrou a creche do Bairro da Paz associada a um terreiro de candomblé, que ela fundou bem antes de seu início de história nesta invasão e numa comum estratégia de buscar separar o terreiro fisicamente do espaço de moradia da sua família de sangue. A casa original de Mãe Edileusa estava localizada em outra invasão, na parte ocupada por classes mais baixas na vizinhança da Boca do Rio, na Orla Atlântica.

A Boca do Rio fica numa praia que era muito mais aproveitada pela comunidade artística e progressista de Salvador na década de 1970 e recentemente tem sofrido novos desenvolvimentos a favor da ocupação de pessoas mais ricas como, por exemplo, a construção de uma importante área de recreação e *shoppings centers* e de um impactante centro de convenções. Mãe Edileusa não apenas permaneceu na sua casa original em Boca do Rio, onde duas filhas suas e três netos fizeram parte de uma unidade corresidencial, mas também se aproveitou da oportunidade oferecida pelos esforços iniciados pelo governo da cidade para desalojar os invasores das "Malvinas" e assim logrou ter direito a uma terceira "casa", em 1983, quando a prefeitura deslocou boa parte dos invasores das Malvinas para casas públicas construídas em Fazenda Coutos, no subúrbio ferroviário. Criada por seus avós, cujas respectivas mortes a forçaram a trabalhar como empregada doméstica aos onze anos, Mãe Edileusa não só arranhou um terreiro, mas também completou o treinamento de assistente de enfermagem deixando a seus descendentes três propriedades. Aceitando todas as oportunidades nos espaços urbanos que ela pôde operar, Mãe Edileusa, e com o modo de operar de sua extensa e coesa rede familiar, logrou aumentar os prospectos para a próxima geração. O fato de que a reprodução da família tome lugar nesse ambiente urbano extensivo e diversificado também significa que parentes permanecem juntos, podendo se separar residencialmente ou não na próxima geração e que podem voltar a se juntar a depender das necessidades e dos recursos que podem ser mobilizados a cada nova conjuntura, isto é, dependendo do tipo de relações internas que se desenvolvem entre pais,



filhos, irmãos, emparentados e vizinhanças, especialmente no contexto social e cultural dos pobres afro-brasileiros de Salvador, e no de casas matrifocais, onde o vínculo mães e filhos e da agregação em famílias extensas é tão central (Hita, 2004).

Existem processos de segregação social parcial na cidade, mas é importante não perder de vista as implicações que a proximidade física disseminada entre residências de ricos e pobres pode significar em distintas situações. Por exemplo, uma das casas de candomblé do Bairro da Paz é patrocinada por ricos e lideranças famosas e pertence a um pequeno círculo de “terreiros de elite” que são objeto principal das políticas oficiais de patrocínio da cultura e herança afro-brasileira (Parés, 2006). Mesmo que esse terreiro esteja “em”, mas não seja “do” Bairro da Paz, porque é assim como os seus moradores o percebem. Diferente desse, os outros templos de candomblé do bairro possuem uma natureza bem distinta (em termos tanto de suas práticas religiosas quanto de recursos financeiros) e eles exercem um papel importante na geopolítica interna da comunidade.

Também há uma quantidade significativa de trabalho simbólico ainda sendo feito por outros setores da sociedade soteropolitana – incluindo alguns que se encontram longe de serem afluentes, motivados pelo temor de serem vítimas do crime, pela sua própria insegurança social e por um desejo de afastar-se da “marginalidade” – que busca manter a estigmatização desses lugares onde moram os pobres e que procura desenhar suas fronteiras, segregar e periferalizar. Boa parte das ações políticas empreendidas pela comunidade no Bairro da Paz, e também em zonas como

o Subúrbio Ferroviário, está focada na oposição a essas construções e no seu intento de projetar uma imagem pública mais positiva do bairro, apesar de que necessariamente não seja sempre uma imagem pura, “conformista” ou principal em condições contemporâneas.<sup>9</sup> Mas, analiticamente e em muitos outros sentidos, substantivamente, segregação social como conceito talvez obscureça mais do que esclareça sobre dinâmicas sociais em andamento de vida urbana, dada a importância de mobilidade entre espaços urbanos de membros de casas pobres e a maneira que tipos específicos de interações entre residentes de favelas e outros setores sociais jogam um papel importante em modelar os caminhos no qual muitas dessas comunidades pobres se desenvolvem (Hita e Duccini, 2008b).

Nossa análise também busca apontar para a importância de cada história política e contexto particular de modelar o desenvolvimento (e capacidade de agir coletivamente) de favelas. Advogamos por um foco mais neutralizado sociologicamente na maneira que as pessoas vivem suas vidas e se relacionam com o outro quando constroem espaços e lugares nos quais habitam a cidade. Uma visão mais clássica das metas do trabalho etnográfico, que pretende fazer um estudo da vida social como um todo, em todas as suas dimensões, pode ajudar-nos melhor e com mais frequência a entender como situações periféricas urbanas diferem em maneiras que são importantes, tanto para as pessoas que nelas vivem quanto para as políticas públicas de desenvolvimento que podem oferecer melhores resultados a essas pessoas também. Se nos permitimos o enquadramento de nossa análise pelas categorias da pobreza e a marginalidade sem explorar as possibilidades

desta visão mais holística das vidas, das práticas e das identidades dos atores sociais, nós nunca iremos entender por que algumas pessoas parecem mais dispostas a comprar pelo menos em alguns aspectos o “pacote” do desenvolvimento social e relações de poder público construtivos para obter maiores vantagens, enquanto outros não. Isso parece particularmente importante no caso como o do Bairro da Paz, no qual as relações construtivas permanecem distantes do sentido popular subservente e não crítico. Em um sentido, claro está, não há atores de unidades coletivas aqui (mesmo que haja organizações para “falar” pela comunidade). Entender o quão frágil balanças de forças contra-hegemônicas

podem sempre emergir e ser cultivadas com o apoio de contribuições acadêmicas e práticas de fora das comunidades pobres, nós queremos precisar o tipo de holismo etnográfico e analítico que pode detectar as bases de novas formas de posturas e ações políticas, novas bases de esperança, na vida do dia-a-dia de comunidades e nos aspectos aparentemente apolíticos do fluxo de mudanças sociais nacionais e mundiais. Mesmo classificando pessoas como pobres como um ponto de partida (como se isso fosse um tipo de posição subjetiva transcendente) corremos o risco de esquecermos a necessidade de descobrir, etnograficamente, o que são os sentidos que na verdade animam suas vidas.

**Maria Gabriela Hita**

Socióloga. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil.  
mghita@ufba.br

**John E. Gledhill**

Antropólogo. Manchester University. Manchester, Lancashire, Reino Unido.  
john.gledhill@manchester.ac.uk

## Notas

- (\*) Partes do argumento em versão inglesa foram apresentadas no seminário “Differentiating Development”, organizado por Soumya Venkatesan e Thomas Yarrow e financiado pelo Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, em Buxton, Inglaterra, em setembro de 2008.
- (1) Ver em Hita e Duccini (2008b) uma análise mais extensa das trajetórias, circuitos e redes que distintas famílias e grupos religiosos do Bairro da Paz desenvolvem, apontando o modo como eles vão construído um novo lugar da cidade e identidade: a do Bairro da Paz.
- (2) Ver análise mais detalhada do impacto desses programas em Gledhill e Hita, 2009.

- (3) Kowarick (2003) compara e contrasta as distintas maneiras de diagnosticar as questões de marginalidade econômica e exclusão do “direito de ter direitos” nos Estados Unidos, França e Brasil, mostrando que resultam das distintas perspectivas sobre as causas de desigualdades sociais e o papel do Estado que caracterizam as três nações. Produto de suas histórias específicas, essas ideias têm fortes efeitos tanto sobre os debates acadêmicos quanto sobre as políticas públicas e controvérsias midiáticas.
- (4) Nossa pesquisa fez parte de um estudo comparativo que inclui projetos similares no Rio de Janeiro e São Paulo, financiado pelo CEM-Cebrap (Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), pelo que agradecemos ao Dr. Ronaldo Almeida e respectiva instituição pelas parcerias e apoios recebidos e à Fapesb (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) pelo financiamento da pesquisa local.
- (5) O trabalho junto ao Fórum Permanente de Entidades e a pesquisa de Salvador tiveram o apoio financeiro da Fapesb.
- (6) O CEAS aconselhava os moradores nas estratégias de assegurar-lhes direitos permanentes na fixação do assentamento escolhido nos anos 80 e promovendo o desenvolvimento da primeira forma de organização que representou o bairro no início, uma Associação de Moradores.
- (7) Agradecemos ao CEM-Cebrap a socialização do relatório de trabalho com análise de dois *surveys* no documento: Adrian Gurza Lavalle e Bruno K. Kotmasu (março de 2008): “Associativismo e redes sociais: condições determinantes de acesso a políticas sociais pela população de baixa renda”.
- (8) A Santa Casa da Misericórdia (fundada em 1549) e a Fundação Dom Avelar, lideradas por uma missionária italiana, controlam as 6 mais importantes creches do Bairro da Paz e oferecem cursos artísticos e técnicos para jovens, que realizavam até 2008 em parceria com a Cidade Mãe, instituição que teve início em 1993, promovida pela prefeita Lídice da Matta, com financiamento da Unicef. Pessoas vinculadas à Santa Casa não têm uma visão homogênea, e a postura mais radical do CEAS, mencionada antes como a outra faceta da igreja católica, é uma que continua ativa dentro do bairro, apesar de eles terem se afastado parcialmente do atual Conselho de moradores que substituiu a associação anterior. O CEAS passou a se focar mais recentemente no suporte de grupos jovens de afro-brasileiros, cujos líderes têm sido, com frequência, bastante críticos ao novo Conselho.
- (9) Mesmo alguns evangélicos que casaram com a teologia de alcançar prosperidade material através de autoavanzo e empreedimento, agora estão ligados com políticas de raça e ação afirmativa, ao invés de buscar estratégias de “branqueamento”, por exemplo.

## Referências

- ALMEIDA, P. H. (2006). "A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana". In: CARVALHO, I. M. M. de e PEREIRA, G. C. (eds.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador, Editora da UFBA.
- ALMEIDA, R. de; D'ANDREA, T. e DE LUCCA, D. (2008). Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n. 82, pp. 109-130.
- CALDEIRA, T. P. R. (2000). *City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Berkeley, University of California Press.
- CALDEIRA, T. P. R e HOLSTON, J. (2004). "State and urban space in Brazil: from modernist planning to democratic intervention". In: ONG, A. e COLLIER, S. J. (eds.). *Global Assemblages: Technology, Politics and Ethics as an Anthropological Problem*. Malden, Blackwell Publishing.
- DANTAS NETO, P. F. (2006). *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- DE ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T. e DE LUCCA, D. (2008). Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos*, n. 82, pp. 109-130.
- ECKSTEIN, S. (1990). Urbanization revisited: Inner-city slum of hope and squatter settlement of despair. *World Development*, v. 18, n. 2, pp. 165-181.
- GLEDHILL, J. (2005). Citizenship and the social geography of deep neoliberalization. *Anthropologica*, v. 47, n. 1, pp. 81-100.
- GLEDHILL, J. e HITA, M. G. (2009). New Actors, New Political Spaces, Same Divided City? Reflections on Poverty and the Politics of Urban Development in Salvador, Bahia. Paper apresentado no painel Reconnecting with Poverty in Latin America, no XXVIII Congresso da Latin American Studies Association, Rio de Janeiro.
- GORDILHO SOUZA, A. (2000). *Limites do Habitar. Segregação e Exclusão na Configuração Urbana Contemporânea de Salvador e Perspectivas no Final do Século XX*. Salvador, Edufba.
- GUIMARÃES, A. S.; AGIER, M. e CASTRO, N. (1995). *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo, Hucitec. 1995
- HITA, M. G. (2004). *A casa das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador*. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp.
- \_\_\_\_\_ (no prelo). "From resistance avenue to the plaza of decisions: new urban actors in Salvador, Bahia". In: GLEDHILL, J. e SCHELL, P. (eds.). *Rethinking Histories of Resistance in Brazil and Mexico*. Durham, Duke University Press.
- HITA, M. G. e DUCCINI, L. (2008a). "Exclusão social, desafiliação e inclusão social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas". In: ZICCARDI, A. (ed.). *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social: los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, Clacso-Crop.
- \_\_\_\_\_ (2008b). Famílias e redes religiosas na configuração de bairros populares na cidade de Salvador. Paper apresentado no GT 01 "A Cidade nas C.Sociais, teoria, pesquisa e contexto" do XXXII Encontro anual da ANPOCS, Caxambu.

- KOWARICK, L. (2003). Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 18, pp. 61-86.
- MOREIRA DE CARVALHO, I. M. e CORSO PEREIRA, G. (eds.) (2006). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador, Editora da UFBA.
- MOSSE, D. (2005). *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. Londres, Pluto Press.
- PARÉS, L. N. (2006). *A formação do candomblé. História e ritual da Nação Jeje na Bahia*. Campinas, Editora da Unicamp.
- PERLMAN, J. (1976). *The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Berkeley, University of California Press.
- \_\_\_\_\_ (2004). The metamorphosis of marginality in Rio de Janeiro. *Latin American Research Review*, v. 39, n. 1, pp. 189-192.
- SAPORI, L. F. (2007). *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- SOARES, F. e SOARES, Y. (2005). The socio-economic impact of favela-bairro: What do the data say? Working Paper OVE/WP-08. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, <http://www.iadb.org/ove/GetDocument.aspx?DOCNUM=600835&Cache=True>.
- TEXEIRA, E. (2001). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo, Cortez.
- VALENÇA, M. M. (2007). Poor politics, poor housing: Policy under the Collor government in Brazil (1990-92). *Environment and Urbanization*, v. 19, n. 2, pp. 391-408.
- WACQUANT, L. (2007). Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Thesis Eleven*, n. 91, pp. 66-77.

Texto recebido em 27/out/2009  
Texto aprovado em 10/fev/2010